

O EFEITO DA FRONTEIRA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAPÁ

THE EFFECT OF THE BORDER ON THE TERRITORIAL FORMATION OF THE STATE OF AMAPÁ

Leone Rocha
David Junior de Souza Silva

RESUMO: Neste artigo procuramos analisar o efeito que a condição fronteiriça do Estado do Amapá com a Guiana Francesa provocou na formação territorial desse ente federativo brasileiro. Partimos do princípio do qual afirma que as fronteiras possuem papel ativo na construção da realidade ao seu redor, não conformando-se como entidades passivas receptoras apenas das ações humanas. Assim, as fronteiras posicionam-se ontologicamente como promotoras e construtoras de alteridades e performam novos horizontes a serem desbravados. Para a viabilidade da pesquisa, analisamos documentalmente trabalhos acadêmicos de cunho histórico sobre a região em questão, bem como conceitos pertinentes a respeito dos Estudos de Fronteira. Como resultado, esboçamos a dinâmica da construção territorial amapaense estreitamente vinculada aos desdobramentos sócio-políticos da interação fronteiriça com o território francês na América Latina.

Palavras Chave: Efeito Fronteira; Amapá; Guiana Francesa;

ABSTRACT: In this article we seek to analyze the effect that the border condition of the State of Amapá with French Guiana had on the territorial formation of this Brazilian federative entity. We start from the principle that states that borders have an active role in the construction of the reality around them, not conforming to passive entities that receive only human actions. Thus, borders are ontologically positioned as promoters and builders of otherness and perform new horizons to be explored. For the viability of the research, we analyzed academic works of a historical nature on the region in question, as well as pertinent concepts regarding Border Studies. As a result, we outline the dynamics of Amapá's territorial construction closely linked to the socio-political developments of the border interaction with French territory in Latin America.

Keywords: Border Effect; Amapá; French Guiana;

O estado do Amapá obteve sua constituição atual apenas com a Constituição Federal brasileira de 1988. Antes, era um Território Federal desmembrado do então estado do Grão-Pará em 1943, num movimento do então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, com o intuito de povoar e defender a fronteira com a Guiana Francesa, território de uma metrópole ocupada pela Alemanha nazista, recém declarada em guerra com o Brasil. Mais anteriormente, a fronteira norte extrema do país com essa Guiana somente foi definitivamente definida em 1900 com o Laudo Suíço intermediado pelo Barão do Rio Branco, pondo fim a uma disputa já centenária na região. Assim, pode-se

perceber a centralidade que exerce a condição fronteiriça amapaense na formação de seu território. Propomos neste artigo que essa centralidade é um *efeito da fronteira*, numa clara referência ao chamado *efeito fronteira*. Nas ciências econômicas é bem conhecido e estudado o *efeito fronteira*, que são os conjuntos de fatores que limitam e dificultam o comércio internacional entre as nações, sendo objeto das mais variadas análises e utilizado para traçar políticas internas de comércio exterior dos respectivos países (Leusin Jr.; Azevedo; 2009, Figueiredo; Lima; Loures; Oliveira, 2014, Pasley; Wei, 2001; Coughlin; Novy, 2021; Gorodnichenko; Tesar, 2009). Chama a atenção nessa categoria o papel ativo que a fronteira possui nas dinâmicas socioeconômicas envolvendo os agentes nacionais nos diversos níveis territoriais, do local ao transnacional. Esse entendimento contrasta com as conceituações clássicas acerca da noção de fronteira que a tem como um objeto passivo a ser definido pela ação de um poder instituinte por meio de tratados, acordos, convenções, ou seja, todo um conjunto de dispositivos internacionalmente legitimados para estabelecer os limites entre as nações de modo a, muitas vezes, desconsiderar o papel ativo que a própria fronteira possui na tomada de decisão dos agentes (Oliveira, 2015). Isso tem mudado na literatura contemporânea sobre as fronteiras, e esta tem sido elevada a seu verdadeiro valor ontológico: um espaço gerador de múltiplos fenômenos sociais que implicam as mais variadas formas de articulação simbólica, econômica e política entre sujeitos em movimentos transnacionais em diversos âmbitos territoriais (Rocha; Cardoso, 2020). Confirma essa ideia o trabalho de Nogueira *apud* Santos (2009) ao tratar sobre a formação das fronteiras na Amazônia Continental quando afirma que estas foram resultado mais de conflitos entre os grupos sociais inseridos naquele contexto do que de acordos de gabinete.

Dessa forma, como já afirmado, no presente artigo propomos abordar o que chamamos um *efeito da fronteira* na formação territorial do estado do Amapá que faz fronteira com a Guiana Francesa, uma Coletividade de Ultramar da França. Analisaremos como essa relação fronteiriça com a Guiana, desde o passado colonial, influenciou diretamente a construção do território do Amapá. Foram realizadas uma pesquisa documental, uma revisão bibliográfica e a posterior análise qualitativa dos dados seguindo um modelo hipotético-dedutivo de exame. Primeiramente serão apresentados no texto os territórios que serão objeto da análise com dados relevantes sobre sua constituição social; em seguida, adentraremos na história da relação fronteiriça com os fatos relativos ao período colonial até o advento do Laudo Suíço, em 1900; completando a análise, tratamos das relações entre Amapá e Guiana Francesa no século XX. Concluimos o artigo com as Considerações Finais.

APRESENTANDO OS TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇOS

Iniciaremos nosso estudo trazendo informações primeiramente a cerca do estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, a nordeste da Região Norte do país. O seu território é de 142.828,521 km². É limitado a oeste e sul com o estado do Pará; ao

norte possui limite com a Guiana Francesa e leste com a foz do Rio Amazonas. Seu atual governador é o professor Clécio Luís (Solidariedade), ex-prefeito da capital Macapá por dois mandatos consecutivos. Conta com uma população estimada de 877.613 pessoas (IBGE, 2021); uma densidade demográfica de 4,69 hab./km² (IBGE, [2010] 2023); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,708 (IBGE, [2010] 2023); Receitas realizadas em torno de 5.396.417,14471 R\$ (×1000), compondo o 15º PIB *per capita* do Brasil (IBGE, [2017] 2023).

Como será visto mais detalhadamente ao longo deste artigo, o Amapá pertenceu ao estado do Pará até 1943, quando foi desmembrado e tornou-se Território Federal como medida protecionista ao Estado Francês presente na América Latina por meio da Guiana Francesa e que representava um perigo político pelos desdobramentos da Segunda Grande Guerra Mundial. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi elevado ao status de estado da Federação. Sua capital é Macapá desde 1944, quando ainda Território Federal do Brasil.

Dentre a diversidade étnica que compõe o estado, pode-se fazer referência a sua população indígena. O Amapá abriga 7.411 pessoas que se declaram como indígenas, totalizando 1,1% da população. Cerca de 80% desse contingente vive em terras indígenas, especificamente em 49 aldeias com 5 territórios demarcados – Uaçá, Waiãpi, Galibi, Juminá e Parque Indígena do Tumucumaque (IBGE, 2010).

Adentrando o lado francês, trataremos agora da Guiana Francesa (*Guyane* em francês), uma Coletividade de Ultramar da França na América Latina, único território continental sob uma soberania europeia. Está limitada a leste e a sul com o Brasil, e com o Suriname a oeste. Possui uma área de 83.534 km², com população de 268.700 habitantes (INSEE, [2017] 2020), sendo que, destes, 82.669 (30%) são estrangeiros (principalmente do Brasil, Suriname e Haiti) (INSEE, [2019] 2020). Em 2015 registrou um PIB de 4.175 M€ (INSEE, 2020), com o maior PIB *per capita* da América do Sul (16,200 €), garantindo a esse departamento um padrão de vida superior em grande parte devido ao seu vínculo com a União Europeia, sendo assim um verdadeiro atrativo para a migração de um grande contingente humano para esse departamento francês. Tanto a região como o departamento possuem um governo único desde dezembro de 2015, a Assembleia da Guiana, formando a Coletividade Territorial da Guiana Francesa (*Collectivité Territoriale de Guyane*).

A Guiana Francesa possui sua área formada após uma série de tratados com o Brasil (primeiramente o de Utrecht – 1713, culminando com o Laudo Suíço de 1900) e Holanda (tratado de Breda – 1667). Tem como marco inicial de sua colonização pela França a fundação do centro comercial de Caiena em 1637. Foi colônia francesa até 1947, quando passou a integrar a República Francesa com representação no senado e na assembleia nacional da França.

Caiena (em francês *Cayenne*) é a capital da Guiana Francesa com 55.817 habitantes (INSEE, 2020) e é o principal foco para onde os brasileiros migram atualmente, após o

movimento em torno da construção da base aeroespacial em Kourou. Juntamente com Saint-George, Caiena compõe, com o Oiapoque, a principal rota de migração do Brasil para a Guiana Francesa, acionando redes e movimentando pessoas e mercadorias, numa teia que se entrelaça entre sonhos e esperanças, conflitos e desafios, numa busca por melhores condições de vida desses brasileiros migrantes para essa coletividade além-mar francesa (Pinto, 2008).

Como afirmado anteriormente, maiores detalhes sobre as relações ao longo da história desse espaço fronteiriço serão dados a seguir, pois o mesmo tem sua construção numa relação de alteridade cujas fronteiras, espaços e política formam uma confluência de ações recíprocas, com reflexos simultâneos que impossibilitam, para fins deste trabalho, sua separação no espaço-tempo, pois, como procuramos argumentar, essa confluência configura um espaço *transfronteiriço*, perpassando fronteiras, tornando-se um exemplo de transnacionalidade que moldou ao longo da história a configuração territorial do estado do Amapá.

BREVE HISTÓRICO DA REGIÃO FRONTEIRIÇA AMAPÁ-GUIANA FRANCESA

A fronteira Amapá-Guiana Francesa possui uma longa história de conflitos. A desconfiança mútua entre os governos brasileiro e francês remete ao passado colonial brasileiro na interação com a hoje Coletividade de Ultramar francesa. Conhecer a história dessa fronteira, das populações que as habitam, de suas dinâmicas socioeconômicas e da relação entre os seus governos é fundamental para compreender o momento atual dessa dinâmica fronteiriça, bem como os processos e práticas que permeiam essa interação.

A Guiana Francesa compõe a República Francesa desde o novo estatuto de 1946 que substituiu o estatuto colonial (Granger, 2014). Já o Amapá tornou-se um estado somente a partir da Constituição Brasileira de 1988, quando deixou de ser um território federal. Mas a história de ocupação desses territórios remonta ao século XVII.

A hoje capital do departamento ultramarino francês, Caiena, foi fundada pelos franceses em 1634. A Capitania do Cabo Norte, com sua área correspondendo ao atual Amapá, foi fundada pelos portugueses em 1637 como projeto de consolidação da colonização na margem esquerda do baixo Amazonas (Goes, 1991). A partir de então as interações fronteiriças estabeleceram-se, bem como uma série de conflitos em torno da definição dos limites dessa fronteira.

Durante os séculos XVI e XVII houveram importantes movimentos por partes das potências colonizadoras na região, como a fundação do Forte do Presépio, que originou a povoação de Nossa Senhora de Belém em 1616, a expulsão de estrangeiros – holandeses, ingleses e franceses – para a região das Guianas por volta de 1645. Os franceses ocuparam Caiena em 1634, como já afirmado e, a partir do final do século XVIII a tensão entre França e Portugal ganhou maior amplitude.

Com as vitórias dos franceses nas guerras napoleônicas após a Revolução Francesa em 1789, Portugal sofreu a imposição do estabelecimento da fronteira no rio Calçoene pelo tratado de Paris em 1797. Em seguida, o limite do território francês com o português foi estabelecido no rio Araguari, em 1801, pelo tratado de Badajós, recebendo sua confirmação no tratado de Amiens em 1802, anexando o território que passou a ser chamado de “Contestado”, estendendo assim a região da Guiana Francesa.

Na invasão napoleônica de Portugal em 1808, o regente D. João e a Corte procuraram refúgio na capital da colônia brasileira, Rio de Janeiro. Com o apoio da Inglaterra, que objetivava dominar todo o Caribe e percebendo a fraqueza da colônia francesa, o regente de Portugal, posterior rei D. João VI, realizou a invasão da Guiana Francesa, “tanto para vingar a invasão da metrópole portuguesa como para fixar definitivamente a fronteira setentrional no rio Oiapoque” (Granger, 2012, p. 23). Assim, D. João ordenou à capitania do Grão-Pará que enviasse uma tropa de invasão ao território francês junto com mercenários e militares britânicos. Nas palavras de Cavlak (2017, p. 10):

A tropa partiu de Belém no dia 8 de outubro de 1808, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques, organizador local do corpo de artilharia. Essa vanguarda possuía cerca de 470 homens, chegando a Macapá somente em 12 de novembro. A partir daí até o Oiapoque foram sendo arregimentados alguns índios, que se juntaram aos trazidos de Belém, passando pelo território “Contestado” sem nenhuma resistência e alcançando a fronteira Oiapoque-Guiana Francesa no início de dezembro. A bandeira portuguesa foi ali fincada, sugerindo o fim do “Contestado” e a configuração definitiva do Amapá (Reis, 1985, p. 285).

A Guiana Francesa foi então facilmente conquistada em 1809, mas não foi anexada ao Brasil. Com a queda de Napoleão 1º em 1815, ocorreu a restituição da Guiana Francesa à França pelo tratado de Paris em 1817, colocando a fronteira no rio Oiapoque com dados geográficos precisos, o que desagradou os franceses pela distância do rio Amazonas. Posteriormente, com os episódios turbulentos da independência do Brasil em 1822, os franceses realizaram nova tentativa de extensão ao rio Araguari (Granger, 2012).

A região do contestado configurou-se como atrativo polo para quilombolas e refugiados brasileiros, já que o local não contava com “a intromissão de capitães de mato e o medo da escravidão ou destruição de seus quilombos, pois a força policial era virtualmente proibida de adentrar o território neutralizado” (Cavlak, 2017, P. 15). Apesar dessa situação e do expansionismo francês, o então império brasileiro nada fez para remediar esses fatos até 1880 quando:

O avanço informal francês para dentro da zona em disputa alimentou a ambição de um grupo de garimpeiros, pequenos colonos e comerciantes franceses de estabelecerem finalmente uma soberania de fato e de direito. Assim, em 1884, surgiram as primeiras notícias em Belém de que uma nova entidade política havia surgido no território contestado, chamada de República do Cunani (Cavlak, 2017, p. 16)

A queda da monarquia brasileira em 1889 deixou os habitantes do Cunani em Calçoene em segundo plano, fato que mudou com a descoberta de jazidas de ouro no lugar em 1893. Cavlak (2017, p. 17) afirma que “A partir daí, uma corrida de gentes transformou momentaneamente o território neutralizado e o Amapá, sobretudo a região de Calçoene, local dos maiores veios auríferos”. Continua o autor afirmando que:

Uma nova configuração política acompanhou essa transformação econômica. A administração de Belém, em 1894, parece ter sustentado um triunvirato eleito localmente para governar a vila de Amapá, epicentros dos acontecimentos, e as terras abarcadas pela República do Cunani. Foi anulada a administração francesa de Eugene Voissen e nomeado o capitão Desidério Antônio Coelho, que alçaria então para compor com ele a administração o cônego Domingo Maltez, e o comerciante e perseguido político Francisco Xavier da Veiga Cabral, mais conhecido como Cabralzinho (Cavlak, 2017, p. 17).

Como reação ao triunvirato, os franceses reforçaram a república insurgente, e nomearam para sua presidência um escravo brasileiro que veio do interior do Pará. Ele era conhecido como Trajano. Ainda segundo Cavlak (2012, p. 17), “A escolha de um brasileiro no lugar de um francês se justifica pelo objetivo de cativar a população brasileira, principalmente quilombolas e demais negros e mulatos”. Esse novo líder foi preso pelo triunvirato recebendo a acusação de traição, bem como outros moradores foram encarcerados e tiveram seus direitos econômicos perdidos. Como resposta, soldados residentes na Guiana partiram em delegação sob o comando do capitão Lunier desembarcando na vila de Amapá, conhecida como Mapá entre os franceses. Cogita-se que o capitão Lunier deu voz de prisão a Veiga Cabral, “sofrendo resistência do mesmo e sendo morto com um tiro. Uma refrega seguiu-se então entre as forças que acompanhavam o capitão e as de Cabralzinho, resultando 33 mortes do lado brasileiro e 14 do lado francês” (Cavlak, 2017, p. 19). Assim, Cabralzinho, monarquista inimigo da república no Pará, após os acontecimentos de 1895 na vila de Amapá, tornou-se herói da república brasileira.¹

Este conflito adquiriu um desdobramento que pôs um ponto final quanto a questão fronteira do Contestado ao suscitar uma arbitragem internacional em Berna, Suíça, em 1900. As delegações brasileiras e francesas reuniram-se no local para estabelecer de uma vez por todas a soberania entre o rio Calçoene e o rio Oiapoque. Do lado brasileiro, brilhou a figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que com um vasto material comprobatório, levou a melhor sobre os adversários franceses garantindo as terras do Contestado como pertencentes ao Brasil na expedição do laudo suíço (Cavlak, 2017).

AMAPÁ E GUIANA FRANCESA NO SÉCULO XX

Como visto, a fronteira Amapá-Guiana Francesa foi objeto de disputas e desconfianças recíprocas desde o século XVII até o final do século XIX, quando o laudo suíço

¹ Para mais detalhes sobre a história e a construção do mito em torno de Cabralzinho, conferir a obra *Cabralzinho: a construção do mito de um herói inventado na sociedade amapaense* de Jonathan Viana e Diovani Silva, 2012.

determinou de uma vez por todas os contornos dessa fronteira. Em primeiro de dezembro de 1900, o presidente da Suíça, Walter Hauser, expede o Laudo Suíço dando ganho de causa ao Brasil da Questão do Contestado Franco-Brasileiro, após destacada defesa realizada pelo Barão do Rio Branco, advogado escolhido pelo Brasil junto ao árbitro internacional, o Governo Suíço. Mas isso não pôs fim ao clima de receio mútuo. A então recente república do Brasil devia cuidar de seus limites, o que incluía a fronteira amapaense com a Guiana Francesa, e tinha no exército o executor de tal tarefa.

A geopolítica militar brasileira se consolidou no século XX como escola influente em decisões políticas no Estado nacional. Partindo da ideia de fronteiras vivas, em contato com outros povos, em oposição às fronteiras mortas (despovoadas), principalmente localizadas na Amazônia e com perigo de ocupação por outras nações. A primeira constituição republicana do país de 1891 atribuiu ao Estado a totalidade da faixa territorial fronteira como necessidade à defesa do país. Em 1934 o presidente Vargas militarizou a Comissão demarcadora de limites, estabelecendo uma faixa de 150 quilômetros que foi confirmada pelas próximas constituições. Como afirma Granger (2014, p. 51), “os brasileiros rapidamente entenderam o perigo para a soberania nacional dessas fronteiras em lugares despovoados, como era o caso da fronteira com a Guiana Francesa”. Isso levou a um processo de ocupação dessas fronteiras bem como a militarização de seus espaços.

Nesse contexto de afirmação territorial, em 1927, o general Cândido Rondon, considerado um especialista das missões de fronteira, recebeu a incumbência de inspecionar as longínquas áreas fronteiriças guianenses, incluindo o Oiapoque. O general elaborou um relatório 27 anos após a vitória no Contestado atestando uma forte influência francesa sobrepondo à influência brasileira, criando uma cultura original. Granger (2014, p. 54) afirma que “A supremacia da cultura e economia francesa na região se explica então pela ausência do Estado brasileiro mais do que a atitude ou a política da população francesa, muito pouco numerosa na verdade na região”. Essa ausência do Estado denota o caráter periférico do Amapá que até então não havia recebido maiores atenções por parte do governo brasileiro. Assim, essa região fronteira se enquadrava na categoria de fronteira morta, pouco povoada e sem a presença do Estado nacional. O governo brasileiro, respondendo a este fato, criou o centro agrícola de Clevelândia do Norte, “para permitir a retomada da influência brasileira, oferecendo desenvolvimento econômico e maiores equipamentos para a população brasileira” (Granger, 2014, p. 54). O centro agrícola serviria então para povoar a região, tornando-a uma fronteira viva. Para um contingente militar brasileiro menos francófilo, a fronteira francesa representava uma ameaça pois possibilitava o contrabando bem como polo de migração centrífugo de brasileiros para a Guiana (Granger, 2014).

Contudo, um olhar desenvolvimentista percebeu as possibilidades de comércio entre Caiena e Belém, e assim “Depois de ter destacado um fraco comércio informal apesar da exportação de gado paraense para Caiena que já se praticava, [Rondon] preconizava a construção de uma estrada ligando Macapá à fronteira do Oiapoque” (Granger, 2014, p.

55). Esse olhar desenvolvimentista propiciou o investimento na região e o início de uma relação de comércio mais intensa entre os dois territórios.

Essa estrada, que até hoje ainda não possui seu asfaltamento completo, é a atual BR 156, e esperou até os anos 1970 para que fosse iniciada sua construção, bem como demoraram as conexões comerciais. Afirma Granger (2014, p. 55) que, contudo, “a visita de Rondon e seus oficiais adjuntos marcou mesmo a tomada de consciência das fraquezas de uma fronteira marginal pela falta de soberania nacional”. Nesse âmbito, a Segunda Guerra mundial teve um papel decisivo no desenvolvimento das relações fronteiriças, como segue:

[...] a partir de 1940, o Oiapoque separava o Brasil de uma colônia cuja metrópole, a França, era ocupada pela Alemanha nazista. Daí o projeto do presidente Vargas de ocupa-la preventivamente, decorrendo das decisões tomadas na cúpula de Habana em 1940. A ausência dos alemães que nunca invadiram a Guiana como a revolta dos franco-guianenses contra o governo colaboracionista em 1943, e que juntaram a França Livre do general De Gaulle, tornaram inútil essa ocupação. Porém, Vargas decidiu neste mesmo ano de 1943, depois de ter declarado guerra à Alemanha, separar do Pará o antigo Contestado, mais a margem esquerda do Amazonas com Macapá, para criar o Território Federal do Amapá, que assim contornava a Guiana Francesa. Esse novo território, muito dependente do governo central, foi administrado por um oficial do Exército, capitão Janary Nunes, aliás francófilo e francófono. O motivo de facilitar assim a militarização e o desenvolvimento desse território marginal concretizava as preconizações do general Rondon (Granger, 2014, p. 56).

Desta maneira, com a criação do Território Federal do Amapá, o governo brasileiro assumiu um compromisso maior com a salvaguarda do território fronteiriço com a Guiana Francesa. Uma unidade política foi criada, com governo próprio e uma máquina pública também própria, aumentando os investimentos e propiciando o desenvolvimento social do Amapá, o que resultava diretamente no maior controle da fronteira em questão. Assim, o território do Amapá foi definitivamente delimitado, e sua autonomia política, com a respectiva manutenção desse território, foi obtida com a Constituição Federal de 1988 e o novo ordenamento político brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo apresentamos os diversos movimentos políticos e sociais que tiveram como *leitmotiv* a questão fronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa. Num longo percurso histórico que se origina no século XVI e adentra ao século XX, as relações entre, primeiramente, Portugal e França, e, posteriormente, Brasil e França, delinearam ao longo do tempo o território amapaense. Todo esse complexo de relações, acordos e conflitos não existiriam sem a presença inamovível da fronteira. Foi a fronteira que originou e até hoje origina um complexo de interações políticas, econômicas, sociais e culturais que possibilitaram, no caso amapaense, bem mais do que fenômenos simbólicos, mas até mesmo a formação de um território.

Pensar as fronteiras como um ente dotado de personalidade própria tem a vantagem de estabelecer conexões entre realidades que teimam em dividir a humanidade em grupos estanques e incommunicáveis. Antes do fenômeno da globalização o mundo era dividido entre Estados-nações que disputavam o espaço entre si numa guerra entre potências sem a menor chance de diálogo. As fronteiras eram vistas como objeto a ser disputado, não como ponto de confluência e interação, possibilidade de diálogo. A partir do século XX, com o fenômeno do transnacionalismo e da transmigração, as fronteiras, os Estados-nações, estão diluindo-se e precisam ser reinventados. O internacionalismo surge como um novo horizonte, uma nova proposta para a realização humana. No futuro, se já não é assim hoje, talvez vejamos as fronteiras mais como um novo caminho que se abre no horizonte do que um limite ao movimento.

REFERÊNCIAS

- CAVLAK, I. **O Amapá no século XIX: desenvolvimento regional e novas configurações políticas**, mimeo, 2017.
- COUGHLIN, C. C.; NOVY, D.; Estimating border effects: the impact of spatial aggregation. **JEL**, march 2021.
- FIGUEIREDO, E.; LOURES, A.; LIMA, L. R.; OLIVEIRA, C. S. Uma análise para o efeito-fronteira no Brasil. **RBE**. Rio de Janeiro, v. 68, n. 4, p. 481-496, out-dez, 2014.
- GOES, S. S. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia**. Brasília: IPRI, 1991.
- GORODNICHENKO, Y.; TESAR, L. L.; Border Effect or country effect? Seattle may not be so far from Vancouver after all. **American Economic Journal: Macroeconomics** 2009, 1:1, 219-241.
- GRANGER, E. Entre contenção e cooperação. A percepção da fronteira GuianoBrasileira pelos militares brasileiros no século XX. **TRASHUMANTE – Revista Americana de História Social**, n. 3, p. 48-73, 2014.
- _____. O contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. Dossiê Guerras, Conflitos e Tensões, **Revista Cantareira**, ed. 17, jul-dez, 2012.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados, Unidade da Federação: Amapá, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/ap.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- INSEE. **Institut National de La Statistique et des Études Économiques**. Statistique set Études. INSEE Flash Guyane, 2020. Disponível em <https://insee.fr/fr/statistiques/4271842>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- LEUSIN JR, S.; AZEVEDO, A. F. Z. de. O efeito fronteira das regiões brasileiras: uma aplicação do modelo gravitacional. **R. Econ. contemp**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 229 -258, mai/ago, 2009
- OLIVEIRA, S. M. **Formação das fronteiras brasileiras: uma abordagem geo-histórica**. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Geografia. Julho, 2015.
- PARSLEY, D. C.; WEI, S-J., Explaining the border effect: the role of exchange rate variability, shipping costs, and geography. **Journal of international economics**, 55 (2001), p. 87 – 105.
- PINTO, M. de J. de S. **O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. Tese (doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFGA, 2008.
- SANTOS, A. G. dos. Amazônia Continental: geopolíticas e formação das fronteiras. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, ano 08, número 15, 2009.